

# CPI já tem provas para pedir cassações

*Cheques e extratos de contas apontam rede usada para movimentar dinheiro sujo e dão à comissão que investiga falcatruas no Orçamento evidências para recomendar a punição de pelo menos três deputados*

JOÃO DOMINGOS  
e PAMELA NUNES

**B**RASÍLIA — Duas semanas depois do início das investigações, integrantes da CPI do Orçamento acreditam que já há condições para pedir a cassação dos mandatos de três deputados envolvidos no escândalo do Orçamento: João Alves (PPR-BA), Cid Carvalho (PMDB-MA) e Manoel Moreira (PMDB-SP). Estão

perto de entrar na lista outros dois implicados no caso, o líder do PMDB na Câmara, Generaldo Correia (BA), e o deputado José Geraldo Ribeiros (PMDB-MG).

Se cumprir o prazo previsto, a CPI deve terminar

as investigações em dezembro, quando seriam iniciados na Câmara os processos de cassação. Apenas Alves e Carvalho prestaram depoimento até agora. O grau de envolvimento dos cinco parlamentares no esquema de manipulação do Orçamento-Geral da União está sendo comprovado a cada lote de cheques e extratos de



contas que a subcomissão de bancos da CPI recebe da Caixa Econômica Federal e do Banco Central.

Todos eles, por exemplo, mantêm contas correntes nas agências dos bancos Cidade e Rural, em Brasília. A CPI suspeita que estas agências e a da Caixa no Congresso foram usadas para movimentar parte do dinheiro de propinas recebidas pelo esquema em troca de emendas incluídas no Orçamento da União e liberação de verbas federais nos ministérios.

Apontado como o chefe do esquema, Alves é o que tem situação mais complicada. Ele se recusou a prestar juramento na CPI e poderá ser enqua-

drado em pelo menos quatro delitos: corrupção ativa e passiva, formação de quadrilha e falsidade ideológica, por ter assinado cheques de sua empregada Noelma Neves para jogar na loteria. João Alves poderá, ainda, ter os bens seqüestrados pela CPI, como sugeriu o senador José Paulo Bisol (PSB-RS). Carvalho foi derrotado

**TÁTICA DA DEFESA É "NEGAR TUDO, ATÉ A MORTE"**



José Paulo Lacerda/AE—16/10/91



José Paulo Lacerda/AE—5/11/93



Epitácio Pessoa/AE—21/2/91

Alves, Carvalho e Moreira: mandatos sob ameaça pelo envolvimento em irregularidades

pelas contradições e pelos cheques que recebeu de Alves, revelados durante o depoimento. Moreira acabou abatido pela ex-mulher, Marinalva Soares da Silva.

O advogado Antônio Carlos Osório, que representa João Alves, não sabe mais o que dizer para justificar tantas irregularidades que surgem a todo momento, comprometendo seu cliente. "Minha linha de defesa será negar tudo, até a morte", afirma. Apesar de todas as evidências em contrário, Osório chega ao ponto de dizer que João Alves nunca jogou na loteria mais do que ganhou. Não é o que demonstram os cheques que pagaram suas apostas e os documentos

da Caixa. O deputado também não apresentou justificativas plausíveis para a origem do dinheiro que apostou.

De acordo com Osório, o corretor Agaívo dos Santos, que fazia as apostas para Alves e que o advogado chama de "jogador profissional de loterias", incluía o deputado em bolões esportivos. Por isto, muitas vezes o cheque que pagava a aposta de Alves era maior do que o prêmio, porque o deputado tinha de repartir o valor com outros ganhadores do bolão. Quando fica muito acuado, Osório apela: "Isso tudo é erro da CEF, cometido na digitação dos cartões, problemas de computador", garante.

Incluído na lista inicial de parlamentares tidos como de carreira política liquidada por causa do escândalo do Orçamento, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) ganhou tempo com sua defesa no depoimento de quarta-feira. Explicou muito pouco, fugiu de várias perguntas e ficou devendo satisfações sobre o patrimônio. Mas intimidou os parlamentares e esfriou a temperatura do Congresso. Fiúza vai voltar nos próximos dias à subcomissão de evolução patrimonial da CPI para explicar como ficou rico, mas ali o ambiente é mais calmo — em nada parecido com a máquina de triturar em que se transformou o plenário da CPI.